

Dívidas, 'gatos' em excesso e crises levam a Light a pedir recuperação

Energia elétrica Endividamento bilionário

Light recorre à recuperação judicial

— Pressionada por cerca de R\$ 11 bi em dívidas, agravadas pelo furto sistemático de energia, empresa do setor elétrico faz pedido à Justiça por meio de grupo controlador

Em busca de solução para cerca de R\$ 11 bilhões em dívidas, a Light, empresa centenária e uma das principais no setor elétrico do País, pediu ontem recuperação judicial. A solicitação foi feita em nome da holding Light, que controla a distribuidora Light Sesa e a geradora Light Energia, que como concessionárias de serviços públicos não podem recorrer diretamente ao instrumento jurídico. A empresa presta serviço para 11,6 milhões de consumidores em 31 municípios do Estado do Rio.

Os escritórios Salomão, Kaituca, Abrahão, Raposo Corta e Galdino & Coelho, que entram com o pedido, dizem que a holding é "coobrigada solidária das maiores obrigações financeiras do Grupo Light", e ainda pedem a extensão dos efeitos de suspensão das cobranças, previsto na lei de recuperação judicial, para as subsidiárias.

O caso vai além de uma crise financeira comum. Envolve, entre outras questões, um problema de segurança pública, em razão do elevado furto de energia elétrica — o conhecido "gato". (leia análise na pág. B2).

O grupo Light espera conseguir apresentar gradativamente aos credores uma proposta, em um prazo de 10 a 20 dias. Segundo o presidente da Light SA, Octavio Lopes, a companhia já está "bem próxima de ter 100% estruturada uma proposta de uma solução para credores".

O pedido se segue a uma tentativa de mediação forçada com credores, levada à Justiça pelos advogados da empresa, que também suspendeu as cobranças por 30 dias. O prazo expirou na quinta-feira. A Light já havia suspenso os pagamentos de obrigações com debêntures, afetando o recebimento de cerca de R\$ 400 milhões. A pretensão da Light era não só avançar numa conversa com seus credores, mas também com a Anel, órgão regulador, para antecipar a renovação da concessão em termos financeiros melhores do que os atuais. ● CYNTHIA DE CLOEYD, LUCIANA COLLET e WILLIAM MIRON

NOVA LEI, CRISE FINANCEIRA E FURTO DE ENERGIA COMPLICARAM A LIGHT. PÁG. B2

Energia elétrica Dívida de R\$ 11 bi

Efeito de nova lei, crise financeira e furto de energia complicaram Light

Devolução de créditos por exigência de nova legislação agravou queda de receita já comprometida por 'gatos' de energia

ESTADÃOANALISA

RENÉE PEREIRA

O pedido de recuperação judicial da Light é resultado de uma série de fatores, que vão desde questões financeiras até algumas decisões equivocadas. Com quase 124 anos de existência, a companhia viu suas receitas cair, mas a dívida subir e o caixa diminuir nos últimos dois anos. Ao mesmo tempo, os furtos e as fraudes de energia continuaram a crescer, sem uma política eficaz para contornar o problema.

Em março, os chamados "gatos" representaram 38% de toda energia comprada pela empresa para atender a baixa tensão (pequenos consumidores).

Na prática, isso significa perda de receita e aumento de despesas, já que ela compra 100% da energia consumida na área, mas só fatura 43%. Normalmente, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) repassa para a tarifa parte das perdas nos reajustes anuais. Segundo levantamento do chefe comercial do Trademap, Einar Riveiro, a receita a Light em 2022 foi R\$ 1,6 bilhão menor do que a de 2021. Enquanto isso, a dívida líquida avançou R\$ 1 bilhão. O reflexo no caixa foi um recuo de R\$ 1,5 bilhão.

Parte da queda de receitas resulta da Lei nº 14.395, de junho passado, que determinou a devolução integral, aos consumidores, de créditos tributários conquistados após a exclusão

do ICMS da base de cálculo do PIS/Cofins nas contas de luz.

A companhia começou já em 2021 a devolver os créditos: R\$ 374,2 milhões no reajuste de 2021 e R\$ 1,25 bilhão no reajuste de 2022. Ao final de dezembro de 2022, houve revisão tarifária extraordinária negativa de 5,89% decorrentes da devolução. Para 2023, há, em tese, montante expressivo a ser ressarcido aos clientes por meio de desconto nas tarifas.

O estudo de Trademap mostra que desde 2010 os números da Light enfrentam altos e baixos. Nesse período, a empresa entrou e saiu de megainvestimentos, como a Hidrelétrica Belo Monte, teve aumento de capital de R\$ 1,3 bilhão via emissão de ações e perdeu um acionista de peso, que foi a Cemig. A estatal mineira deixou o grupo em 2021, para focar em projetos em Minas Gerais.

PERDA DE VALOR. No período, o valor de mercado da empresa despencou, de R\$ 5,1 bilhão para R\$ 1,4 bilhão. As perdas de energia saltaram de 42% para os atuais 38%. "Nesse turbilhão, a empresa foi se endividando. Com a alta dos juros, a situação complicou", diz o coordenador-geral do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFPR, Nivalde Castro, destacando que dois terços da dívida são CDI + spread. "A empresa entrou numa espiral de crise. Quando veio o

"Nesse turbilhão, a empresa foi se endividando. A alta dos juros complicou"

"Quando veio o problema da Americanas, acendeu um sinal de alerta em relação à Light"

Nivalde Castro Coordenador-geral do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel) da UFPR

reú por volta de 11 de abril, quando venceu uma dívida da empresa e ela não conseguiu alongar. Isso provocou uma onda de credores querendo antecipar o vencimento de suas dívidas — opção prevista em contrato quando algum indicador não é alcançado.

O sócio do Galdino & Coelho, Pimenta, Takemi, Ayoub Advogados, Luiz Roberto Ayoub, um dos escritórios que assessoram juridicamente a companhia, diz que uma série de questões levou a empresa ao pedido de recuperação judicial. Segundo ele, a Light vem sofrendo reflexos da violência no Rio, que a fizeram se endividar para fazer os investimentos de proteção da rede. "São equipamentos caríssimos, mas que precisam ser trocados com frequência".

A recuperação judicial não foi bem recebida pelo mercado, que já estava aborrecido desde o fim do mês passado, quando a empresa aprovou um novo plano de remuneração aos executivos. Além de 70% na remuneração anual dos executivos da diretoria e do conselho, aprovou bonificação caso consigam renovar a concessão da distribuidora. A decisão não caiu bem nem na Aneel nem no Ministério de Minas e Energia, afirmam agentes do setor. Segundo um executivo do mercado financeiro, a medida pode ter um efeito contrário na hora do processo de concessão. ●

Anel diz que vai 'assegurar prestação do serviço'

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ontem que sua atuação administrativa e judicial diante do pedido de recuperação judicial feito pela Light se dará para preservar a "prestação adequada

de serviços da companhia" e não previsto no contrato vigente até a 4 de junho de 2026.

Em nota, a agência disse que "adotará as medidas necessárias, preventivas e/ou coercitivas, para assegurar a prestação

adequada do serviço de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Light".

A Aneel afirmou ainda que o pedido de recuperação foi feito pela holding da Light diante do impedimento de iniciativas

como essa para distribuidoras em razão da Lei nº 12.767/2012.

Disse também que vem monitorando a companhia em regime diferenciado de acompanhamento de indicadores econômico-financeiros, por meio de um Plano de Resultados, e manterá a iniciativa. A agência reforçou que nenhuma

obrigação intrassetorial teve seus pagamentos suspensos ou postergados, incluindo contratos com geradoras, transmissoras e encargos setoriais. As obrigações com fornecedores de serviços, equipamentos, mão de obra e funcionários também seguem preservadas. ● LUCILLA MORAIS

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia & Negócios **Caderno:** B **Página:** 1 e 2